

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

LÚCIO ZAGO

CIDADE: SEGREGAÇÃO OU INCLUSÃO SOCIAL?

**MATINHOS
2014**

LÚCIO ZAGO

CIDADE: SEGREGAÇÃO OU INCLUSÃO SOCIAL?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

Professora Orientadora: Dr^a. Giselle Ávila Leal de Meirelles

MATINHOS
2014

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo uma reflexão acerca da política de habitação brasileira, sua história, suas transformações e o ponto que se encontra hoje. Faremos uma análise da cidade enquanto meio de acesso a serviços, garantia de direitos e inserção a políticas sociais. Discutiremos brevemente as metas do principal programa de habitação brasileiro, formas de enfrentamento, e principalmente exemplos de como as famílias pobres tem se organizado e articulado nos famosos reassentamentos dentro da capital paranaense. Nos utilizaremos de pesquisa para avaliar a condição desses moradores, que acabam por ter seus direitos violados pelo próprio Estado quando jogados para os rincões com poucos serviços direcionado a eles.

Palavras-chaves: Habitação. Cidade. Garantia de direitos. Política de habitação. Questão Social.

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the Brazilian housing, its history, its transformations and where it is found today. We are going to do an analysis of the city as a means of access to services, assurance of rights and social inclusion policies. We are going to briefly discuss the main goals of the Brazilian housing program, ways of coping and its goals, and, especially, examples of how poor families have organized and articulated in the famous resettlements within the state capital. We are going to use the research to assess the condition of those residents who end up having their rights violated by the state itself when thrown to the corners with few services directed at them.

KEY WORDS: Housing. City. Guarantee rights. Housing policy. Social Issues.

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEF – Caixa Econômica Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COHAB – CT – Companhia de Habitação Popular de Curitiba

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMH – Fundo Municipal de Habitação

FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IAPS – Instituto de Aposentadoria e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPMF – Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

LBA – Lei Brasileira de Assistência

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MDU – Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

MHU – Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente

OGU – Orçamento Geral da União

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH – Política Nacional de Habitação

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEPURB - Secretaria de Política Urbana

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SIMAHAB – Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento de Habitação

SNH – Sistema Nacional de Habitação

TTS – Projetos de Trabalho Técnico Social

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se justifica sob o ponto de vista da busca da compreensão do processo de urbanização acelerado do início do século XX no Brasil e que tornou possível a formação de um quadro dramático no que tange às condições habitacionais. Segundo pesquisa realizada no ano de 2008, pelo Ministério das Cidades¹, o déficit habitacional corresponde a 5,572 milhões de domicílios, dos quais 83% estão localizados nas áreas urbanas. Este quadro contribui para a formação de áreas irregulares e de péssimas condições para a reprodução social do trabalhador.

Apesar do déficit habitacional no país, o governo tenta engendrar medidas que minimizem este quadro catastrófico. Nos últimos 15 anos criaram-se mecanismos e políticas para reduzir estes números. Dentre as medidas adotadas foram regulamentados o Estatuto das Cidades, Política Nacional de Habitação (PNH), Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e o Ministério das Cidades que imediatamente ampliou os recursos para o setor. Além disto, foi implantado o programa Minha Casa Minha Vida, que tem como objetivo garantir o atendimento à população de baixa renda, contemplando o acesso à habitação popular com subsídios do governo federal.

Este trabalho foca principalmente nas áreas urbanas e tem como objetivo resgatar a história da política habitacional brasileira, entender o processo de evolução desde sua gênese até os dias atuais. E além de tudo, reconhecendo como uma expressão latente da “questão social”. Este quadro imprime uma situação que permeia todas as políticas sociais e de inclusão em nossa sociedade, que é extremamente injusta e preconceituosa.

Também trataremos a discussão acerca da cidade enquanto território da garantia de serviços mínimos, sendo privilegiada a “privatização” da cidade e beneficiando as classes médias e alta e restando ao trabalhador a opção e colocação em condições precárias e com vínculos enfraquecidos com o território,

¹ <http://www.cidades.gov.br/>

sem condições de urbanidade e com as ameaças constantes de expulsões e remoções, dando importância principalmente ao lucro.

Muitas vezes quem dá a direção da localização dos empreendimentos dos programas habitacionais é o mercado, subtraindo da população pobre a possibilidade de acesso aos serviços da cidade e de qualidade de vida. A atual condição é tão perversa, que existe o lucro do mercado em construir os empreendimentos em áreas afastadas e com total ausência dos equipamentos públicos que favoreçam os trabalhadores.

Desta forma, a intenção foi buscar a compreensão da história analisar o presente para tentar indicar um futuro. Lembremos não tivemos o intuito de esgotar o tema, e sim analisar com os exemplos mais próximos.

2 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

A temática da “questão social” está intrinsecamente ligada com as lutas sociais históricas, e podemos dizer que talvez seja o motor do serviço social, sendo assim faremos um apanhado geral sem o objetivo de esgotar o tema.

A origem da “questão social” está diretamente vinculada ao desenvolvimento do sistema capitalista e as expressões mais agudas da “questão social” se evidenciarão na emergência do capitalismo monopolista.

Por “questão social” entendemos o conjunto de problemas sociais, políticos, econômicos, culturais, sociais etc que resultam do conflito/contradição entre capital e trabalho. Em outras palavras são as consequências e sequelas da relação de exploração da classe dominante sobre a classe oprimida representada em diversas formas econômicas e sociais, como muito bem nos elucida Cerqueira Filho (1999).

o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, ‘a questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, 1999 apud NETTO *et al* 2001 p. 13)

Desta forma podemos traduzir a “questão social” como toda e qualquer forma de empobrecimento e desigualdade gerado pelo sistema capitalista e o modo de produção das suas riquezas, sobretudo seu modo de acumulação.

A sequência histórica apontou que os trabalhadores se organizaram e reivindicaram melhores condições de trabalho, atacando inclusive os meios de produção. Com isto, a classe hegemônica burguesa percebeu que os trabalhadores estavam se unindo e pressionando o Estado e o patronato, resolvendo então, “conceder” algumas políticas de atenção ao trabalhador entregou os anéis para não perder os dedos. Neste contexto a ideia de política social se funda, dando alguns ganhos aos operários para não enfraquecer a acumulação do capital.

Como se pode perceber a política social é ligada ao capitalismo como uma resposta as demandas crescentes das expressões da “questão social”. Como a história não é estática, essas conquistas se deram de formas diferentes e em tempos diferentes de acordo com as particularidades de cada país. Como afirmam

Behring e Boschetti (2006)

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (BEHRING e BOSCHETTI 2006 p. 64).

A construção das políticas sociais no processo brasileiro se aproxima aos países desenvolvidos produtivamente, porém num outro momento, com uma conjuntura política e de organização produtiva diferenciada. A seguir, trataremos de forma mais particular das políticas sociais no Brasil e especificamente da política habitacional.

2.1 POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

A realidade brasileira, assim como no restante do mundo, passou por transformações nas políticas sociais, entretanto esse processo se difere dos países que foram precursores da Revolução Industrial. Nosso caso é muito peculiar por todo seu contexto histórico. Faremos um breve resgate para compreender a particularidade do Brasil.

Inicialmente vamos dar trato ao período conhecido como Era Vargas. Nesta época ocorreram os primeiros sinais de proteção social, mesmo que bastante incipiente e tímida do ponto de vista da abrangência populacional e do alcance da proteção. Nesse momento da história encontramos as oligarquias dominando o Estado com o chamado “populismo, em resposta as crises que ocorriam na Europa/Estados Unidos e também pela busca da legitimidade política dos grupos que davam direção a sociedade.

O Brasil passava por uma significativa transformação industrial, Getúlio Vargas incentivava a criação de grandes empresas publicas², e buscava a expansão econômica da classe burguesa desencadeando o processo conhecido

²Getúlio criou a Petrobras, criou o Conselho Nacional do Petróleo, Estimulou a indústria de base com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, instalou a Fabrica Nacional de Motores, inaugurou a Vale do Rio Doce, instalou o Serviço Nacional da Indústria dentre outras.

como capitalismo nacional. Vargas foi conhecido também como o presidente dos “favores” que trocava tudo que era possível por apoio ao seu governo. Aquele período ficou conhecido pelo forte assistencialismo aos trabalhadores, sem garantias efetivas de direitos. Vale destacar a forte intervenção nos sindicatos, que apesar de permitida a organização da classe trabalhadora, havia controle e atrelamento do Estado .

No mais, ocorreu a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, auxílio-natalidade, salário família, Instituto Aposentadorias e Pensões (IAP's), descanso semanal , estabilidade no emprego e depois de um período de dez anos, a criação do salário mínimo. Ainda nesse contexto, os sindicatos patronais que eram braços do governo, fragmentavam as ações dos trabalhadores.

Apesar de alguns “avanços” sociais e trabalhistas, vale lembrar que foi com muitas lutas sociais que se alcançou alguns direitos. Segundo Behring e Boschetti (2006)

É interessante notar que os direitos sociais no Brasil resultam de luta de classes e expressa a correlação de forças predominantemente. Por um lado, os direitos sociais, sobre tudo, trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos de manifestações da classe trabalhadora...(BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 79)

Cabe salientar que em comparação com as políticas adotadas nos países que já estavam num estágio industrial mais avançado, o caso brasileiro não havia conseguido a efetivação e ampliação dos direitos até por que a massa trabalhadora estava num processo da organização embrionário, o capitalismo industrial era pouco desenvolvido e o poder de tensionamento era proporcional ao ciclo de transformação.

Após o período populista de Vargas ocorreu um momento de forte disputa política. A classe operaria vinha se fortalecendo, o lado burguês estava se dividindo. Isso tudo somado ao grande processo de urbanização que vinha ocorrendo, o país estava mais industrializado. Os trabalhadores foram progressivamente se organizando melhor (tal era a politização da massa operaria que em 1953 houve uma greve que paralisou mais de 300 mil) e com algumas proteções conquistas/concedidas. Esses “avanços” no que se refere às políticas sociais que apresentamos, era válido somente para a classe trabalhadora, pois quem não

estava alocado no mercado de trabalho era posto as margens dos atendimentos sociais. Quem não era trabalhador era assistido pelas obras de caridade da igreja católica que assumia, na medida do possível, o apoio e assistência para a fatia social mais empobrecida e excluída, pois as ações estatais eram extremamente tímidas, focais e insuficientes .

Naquele período histórico era crescente a mobilização da classe trabalhadora por reconhecimento de direitos e não somente ações estatais paliativas e emergenciais. Os trabalhadores organizados exigiam que o Estado Democrático assumisse a responsabilidade que o Estado populista não atendeu, cobrando outro modelo de proteção. No início dos anos de 1960, já prediziam grandes transformações na conjuntura política e social que o país passaria, sendo que as camadas dos movimentos sociais estavam reivindicando direitos e se mobilizando, erguendo bandeiras de luta pelos subalternos. A então oligarquia dos populistas e a burguesia vinham enfrentando crises, o capital dos países centrais havia implantado o Estado de Bem Estar Social, num estágio bem mais avançado que a particularidade brasileira e latina americana de forma geral.

Já em 1964 quando os militares assumiram o poder com um golpe de Estado, o cenário se modifica novamente. O projeto pautado pelos militares era de internacionalização da economia brasileira, que resultou num salto econômico, e aquecimento do mercado interno, dando início ao chamado “Milagre Brasileiro”³, que atraiu empresas multinacionais para o país. Entretanto lembramos que este período foi marcado pelo endurecimento da ditadura e pela enorme dívida pública que os militares estavam contraindo.

Mesmo com a ditadura, os movimentos sociais não se omitiram, continuaram com as pautas de reivindicações em prol da classe trabalhadora e contestando o regime autoritário. Nesse período, também se conquistou a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais e empregados domésticos e ainda uma relativa universalização dos serviços de saúde e habitação. Porém permaneceu uma

³ Entre 1969 e 1973, o Brasil viveu o chamado Milagre Econômico, quando um crescimento acelerado da indústria gerou empregos não-qualificados e ampliou a concentração de renda, aumentando proporcionalmente a pauperização. Em paralelo, na política, o regime militar endureceu e a repressão à oposição (tanto institucional quanto revolucionária/subversiva) viveu o seu auge. O "milagre econômico" é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar, no governo Médici.

prática clientelista, tecnocrática, conservadora, burocratizada, associada a interesses individuais/ corporativistas que naturaliza as expressões da “questão social”. Desta forma o governo militar padronizou as políticas sociais, implementando uma gestão centralizada, sem respeitar as particularidades regionais existentes no país.

A burguesia brasileira, agora evidentemente vinculada ao capital monopolista, ao mesmo tempo em que o regime se tornava mais rígido, tentava se legitimar pela expansão e modernização da política social. A reformulação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) deu para o Estado a gestão dos recursos, que passaram a ser tratadas como uma questão específica e técnica.

Contudo, não era só da previdência e da saúde que o trabalhador necessitava. Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e da Assistência Social, incorporando a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Também se criou a Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (FUNABEM criado em 1965), o Banco Nacional de Habitação (BNH), que deu esperança aos brasileiros de conseguir uma casa própria. (Behring e Boschetti 2006. p136).

Em meados dos anos de 1970, o regime começa a dar sinais de crise e o início de seu processo de derrocada. Nos anos posteriores se inicia a abertura lenta e gradativa do regime, no período em que já havia contraído uma enorme dívida externa, dando sinais do seu esgotamento. A busca pela democracia se inicia e a tendência neoliberal entra em curso.

Todavia, esta busca pela democracia era vigiada e controlada de perto pelos conservadores da elite para inibir no momento certo uma constituição de caráter popular. Behring e Boschetti (2006) explicam que

o que era possível diante do volume de demandas represadas oriunda do aprofundamento da questão social em face do projeto da ditadura e das mudanças estruturais do país, que sai desse processo mais urbanizado e industrializado [...] Essas fraturas começam a se tornar expostas em função do esgotamento do milagre econômico brasileiro, que já mostrava que seus frutos não seriam redistribuídos, e os trabalhadores e movimentos sociais já avaliavam essa tendência pela crise econômica que se avizinhava. (BEHRING e BOSCHETTI 2006, p.138)

Já nos anos 1980, que é tido como uma década perdida no sentido econômico, houve um ganho importante para o povo. Emerge a Constituição Federal

conhecida com a Constituição Cidadã, cujo texto traz o reconhecimento dos direitos sociais, a garantia da proteção social estendida àqueles que não estivessem trabalhando e oferecendo serviços sociais básicos a quem dela precisar. Essa Lei Magna significou um avanço pelo reconhecimento público da existência da “questão social” e suas expressões. Entretanto já no início dos anos 1990, com a entrada do Presidente Fernando Collor de Melo⁴, o país entra novamente em um processo de estagnação e retrocesso do ponto de vista da conquista dos direitos pois desencadeia a globalização e o neoliberalismo.

Esta fase de neoliberalismo/globalização que teve seu início tímido no governo Collor, se afirmou no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o qual se caracterizou como um governo reformista que seguia rigidamente a cartilha das entidades internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial - BM, entre outros), que buscava reduzir as funções do Estado⁵.

Além de enxugar o Estado, vendendo as empresas estatais, reduziu o financiamento social, e conforme Soares (2000) “a informalidade no trabalho, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma “nova pobreza” esta incluso na cartilha de metas burguesas, para poder chegar a grandes taxas de lucro (Soares 2000, p12).

Isto posto, a pobreza tem seu lugar de destaque, pois é reforçada pela ideologia do sistema, que esta calcada no individualismo e desenvolve políticas sociais focalistas que não resolvem o problema, apenas amenizam. Em consequência os direitos sociais perdem sua identidade, os direitos trabalhistas são “negociáveis” e passam a ter caráter mercadológico se destacando a fragilidade dos direitos sociais

⁴Nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor se filiou ao desconhecido Partido da Renovação Social (PRN) e criou uma chapa para concorrer ao cargo de presidente. Contrariando os prognósticos daquela disputa eleitoral, Fernando Collor venceu as eleições e se sagrou como o primeiro Presidente da República eleito pelo voto direto após o fim da ditadura militar. Também ficou conhecido como o primeiro presidente caçado na história desse país. Em 2 de outubro de 1992, foi afastado temporariamente da presidência da República, em decorrência da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Renunciou ao cargo de presidente em 29 de dezembro do mesmo ano -horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade. Teve seus direitos políticos cassados, tornando-se inelegível por oito anos. Em seu lugar, assumiu o então vice-presidente, Itamar Franco. Fonte: <http://educacao.uol.com.br>.

⁵O Estado, com ênfase especial nas privatizações [...] acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade” (Behring e Boschetti 2006 p. 148)

2.2 POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

A política de habitação, não difere das demais políticas sociais desenvolvidas no Brasil, ao passo que se aprofunda no sistema capitalista, quando passa do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial, como todo processo de transformação, foi gradativo e ainda manteve por um bom tempo a estrutura do campo. E por não poderem esperar, os trabalhadores de forma muito criativa, decidiram achar suas próprias saídas, como nos aponta Silva (1989 p. 34) “as saídas tem sido variadas e criativas: favelas, cortiços, casas de cômodo, palafitas [...] moradias autoconstruídas”, foram as soluções encontradas para resolver o problema emergencial, e foi uma forma bem precária.

Em 1942 , foram criadas algumas ações por parte do governo para amenizar a situação da moradia. Dentre elas está a lei do Inquilinato de 1942, que congela os alugueis e também regulamenta a relação entre locatário e locador, houve ainda a criação da Fundação Casa Popular, dando início a produção de casas populares por parte do Estado, contudo as medidas foram ineficazes no atendimento do povo. Essas ações eram pautadas pelo clientelismo, e usadas como controle social não existindo recursos suficientes e a forma de controle do financiamento não era acessível a todos mas somente a alguns estados da federação.

Na era Vargas, a moradia passou a ser reconhecida tanto pelo o Estado quanto pela sociedade como um direito social, dando inicio, ainda que embrionária a uma política mais especifica para a habitação. Lembramos que todas as medidas que foram tomadas, são originárias e resultam do tensionamento da classe operária, que crescia juntamente com a industrialização.

Assim que o presidente Dutra assumiu em 1946, solicitou que fosse feito um estudo sobre as favelas, que no entendimento dele, era uma doença social. Silva (1989) afirma que

quanto à política desenvolvida especificamente nas favelas, o governo Dutra só veio consolidar a concepção reinante de percebê-las como doença social

e agora acrescia da descoberta do peso que as favelas apresentavam, o que valeu considerá-las como ambiente propício de infiltração e disseminação comunista (SILVA,1989 p.41)

Para o presidente Dutra as favelas eram simplesmente objetos de controle e repressão social, e não havia a real preocupação para desvelar o que fomentava o aparecimento, e muito menos se cogitava soluções.

Outro fato que marcou época, foi em 1947, quando o então prefeito do Distrito Federal, Mendes de Moraes cria uma comissão para extinguir as favelas, e o plano ainda consistia em mandar os moradores para seus estados de origem mas a intenção não se concretizou. Antes de Dutra deixar o poder, ele elaborou um pacto com a igreja para intervir nas favelas, criando a Fundação Leão XIII que tinha por objetivo recuperar as favelas, e inculcar os “malefícios” que os ideais comunistas poderiam causar. Naquele momento, o Partido Comunista estava recebendo grande apoio das favelas e significativo número de votos⁶

Percebemos que a emergência da “questão social” no Brasil foi tratado com descaso pelos governos e de uma forma naturalizada e sanitarista. Para as situações que não se resolviam era colocado à culpa sempre no próprio sujeito que não possuía a capacidade de prover sua subsistência.

Em 1964, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), junto com o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha o objetivo de financiamento e construção da casa própria, direcionada principalmente para as camadas mais empobrecidas. Tinha por características trabalhar com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que tinham uma agenda de redistribuição de recursos e criava uma agência que era responsável pela a operação das políticas na área da habitação.

Mesmo com a criação desses órgãos, a intenção real não era levar habitação com qualidade e digna ao povo, o verdadeiro foco era a criação de emprego para uma fatia de trabalhadores ociosos, aquecer o mercado de trabalho e movimentar a economia. De acordo com Peruzzo (1984).

no quadro de desenvolvimento urbano brasileiro, o problema mais importante não era a casa, era a abertura de oportunidades de emprego para absorvermos as massas de trabalhadores semi-especializados, de oportunidades para mobilizarmos os escritórios de engenharia, de

⁶Esse trabalho da fundação se estendeu ate o ano de 1954.

planejamento, de projetos, de arquitetura e dar trabalho às firmas de construção civil e à indústria de construção, forças paralisadas na economia brasileira (PERUZZO, 1984, p. 42)

Desta forma, entende-se que a finalidade principal era o retorno das taxas de lucro para setores da economia e a retomada do crescimento atendendo primeiramente a fatia da burguesia, e posteriormente a camada que realmente precisava, mas com ressalvas, por que não atendia a todos. Com o passar do tempo, o BNH passou a ser uma forte instituição financeira e foi perdendo o seu foco inicial, como nos aponta Kowarick(1979)

[...] o Banco Nacional de Habitação (BNH) não só se tornou um poderoso instrumento da acumulação, pois drenou uma enorme parcela de recursos para ativar o setor da construção civil – recursos por sinal advindos em grande parte de um fundo retirado dos próprios assalariados (FGTS) – como também voltou-se para a confecção de moradias destinadas às faixas de renda mais elevadas (KOWARICK, 1979, p.69)

Tanto o BNH quanto o SFH enfraqueceram, pois dependiam diretamente da capacidade de arrecadação do FGTS e do SBPE e com a grande inadimplência dos mutuários acabaram ficando fragilizados pelas oscilações econômicas que vieram a afetar esses agentes financiadores. Esses sistemas sucumbiram pela crise inflacionaria que o país viveu nos anos de 1980, elevando o numero de inadimplentes, acrescida da forte corrupção na instituição, levando a falência já no governo Sarney, que decretou o fim do BNH, posteriormente sendo incorporado pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Os anos seguintes passaram por muitas mudanças ministeriais que acarretaram numa grande confusão e transformação no que tange a habitação popular. Santos (1999) nos traduz muito bem a situação na época:

Em um período de apenas quatro anos, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), criado em 1985, transformou-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MHU), em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES) e, finalmente, foi extinto em 1989, quando a questão urbana voltou a ser atribuição do Ministério do Interior (ao qual o BNH era formalmente ligado). As atribuições na área habitacional do governo, antes praticamente concentradas no BNH, foram pulverizadas por vários órgãos federais, como o Banco Central (que passou a ser o órgão normativo e fiscalizador do SBPE), a Caixa Econômica Federal (gestora do FGTS e agente financeiro do SFH), o ministério urbano do momento (formalmente responsável pela política

habitacional) e a então Secretaria Especial de Ação Comunitária, a responsável pela gestão dos programas habitacionais alternativos. (SANTOS 1999, p. 19)

Em meio a esta confusão, houve o fortalecimento dos programas alternativos do SFH, ganhando destaque o Programa Nacional de Mutirões, que tinha seu foco voltado para as famílias com renda até três salários mínimos. Esse programa pretendia construir por volta de 500 mil casas populares, mas a falta de clareza na política levou ao seu desmantelamento.

Superado o governo Sarney, entramos na rápida administração de Fernando Collor de Melo que veio com a orientação neoliberal, prejudicando ainda mais as políticas habitacionais. Sua principal ação foi o Plano Imediato para a Habitação (PAIH) que objetivava a construção de pelo menos 245 mil casas em 180 dias por contratação privada, retornando com a intenção de direcionar a política da habitação para o capital imobiliário privado. Contudo, a meta estabelecida não foi atingida, pois os custos se elevaram, e houve a necessidade da diminuição da quantidade de unidades construídas, prejudicando mais uma vez quem precisava.

Após a saída de Collor, o então presidente que assumia, Itamar Franco, tinha como prioridade dar continuidade nas ações do gestor anterior. Em 1994 lançou o programa Habitar Brasil e Morar Município, sendo que os recursos eram oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), porém não houve sucesso, pelo contingenciamento de verbas devido ao plano real⁷.

Já no ano de 1995 com a entrada do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) é criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) ficando

⁷O programa brasileiro de estabilização econômica é considerado o mais bem-sucedido de todos os planos lançados nos últimos anos para combater casos de inflação crônica. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o Governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994. A partir daí, a inflação foi dominada sem congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou outros artificialismos da heterodoxia econômica. Em consequência do fim da inflação, a economia brasileira voltou a crescer rapidamente, obrigando o Ministério da Fazenda a optar por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, de forma a garantir que, na etapa seguinte, o Brasil possa registrar taxas de crescimento econômico auto-sustentáveis, viabilizando a retomada do crescimento com distribuição da renda. Fonte: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>

responsável pela Política Nacional de Habitação (PNH)⁸. Também se cria o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) ampliando a autonomia e a implementação da política.

Posterior ao governo neoliberal de FHC, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o Ministério das Cidades, ficando responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e por conseguinte pela Política Setorial de Habitação. O ministério ficou incumbido pela realização das Conferências (nas três esferas, municipal, estadual e federal) quando resultou no Conselho das Cidades⁹, em seguida a aprovação para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Para o pleno desenvolvimento da PNH, se fazem necessárias alguns instrumentos para a efetivação, tais como: 1 - Sistema Nacional de Habitação (SNH), que é responsável pela articulação financeira dos recursos para a implementação da política; 2 - Desenvolvimento Institucional que fica responsável pela implementação descentralizada e pela capacitação dos¹⁰ envolvidos com a política; 3 - Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação: garante o funcionamento da política e seus programas, tem a previsão para criar um sistema para informar, avaliar, e monitorar programas e projetos criados para solucionar a questão habitacional; 4 – Plano Nacional de Habitação estabelece as metas de médio e longo prazo, linhas de financiamentos, programas de provisão, urbanização e modernização da produção habitacional, promovendo a universalização ao direito de moradia .

No ano de 2009, foi iniciado o programa Minha Casa Minha Vida, que tem como objetivo a construção de unidades habitacionais que serão vendidas para famílias com renda mensal até R\$ 1.395,00. Sendo previstos 400.000 unidades espalhadas nas capitais e nas respectivas regiões metropolitanas, que possuam população igual ou superior a 50 mil habitantes. A viabilização dos

⁸ A Política Nacional de Habitação (PNH) foi criada com o intuito de promover condições de acesso a moradia digna a população, principalmente o de baixa renda, e assim contribuir para inclusão social. Fazem parte da PNH: Integração Urbana de Assentamento Precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a promoção da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano.

⁹Constitui-se com 71 membros titulares, representando diversos segmentos da sociedade e do poder público. Tem como objetivo assessorar, estudar e propor diretrizes para a execução da política urbana nacional. O Conselho é composto por quatro segmentos: habitação, planejamento territorial urbano, saneamento ambiental e transporte e mobilidade urbana. Fonte: <http://www.cidades.gov.br/>

¹⁰ www.cidades.gov.br/ - consultado em 07/10/2011

empreendimentos só foi possível pelo aporte do Fundo de Arrendamento Residência, com recurso total de 14 bilhões. Os parceiros do programa são; a Caixa Econômica Federal (CEF), sendo o agente executor do programa; Ministério das Cidades, que fica como gestor do programa; Ministério da Fazenda que conjuntamente do o Ministério das Cidades fixa a remuneração da CEF; as esferas municipais e estaduais, tendo sua participação estabelecidas por convênios, facilitando a implementação dos projetos, a priorização, isenção de tributos, aporte de recursos e indicação para a venda; Construtoras, responsáveis pela apresentação e execução dos projetos; as famílias; e por fim o Executor de Trabalho Técnico Social (TTS).

2.3 POLÍTICA HABITACIONAL EM CURITIBA

A execução da política habitacional no município de Curitiba está sob responsabilidade da Companhia de Habitação Popular (Cohab-CT), que foi criada para atender a demanda de moradias no município e modernização na política de habitação. Foi fundada no ano de 1964, juntamente com o Banco Nacional de Habitação (BNH), Sociedades de Crédito imobiliário e as Cooperativas Habitacionais, num momento de replanejamento da política.

A Companhia foi criada como economia mista¹¹, tendo a Prefeitura como sócia majoritária, tão logo ganhou abrangência regional, estendendo sua ação à região metropolitana de Curitiba e ao município de Paranaguá no litoral do Estado. Na década de 1980, a companhia se destacou pela concepção de seus projetos, que priorizavam a ocupação de seus vazios urbanos. Nesta época, dominavam os conjuntos padronizados e a COHAB inovou criando núcleos diversificados, que mesclavam casas e apartamentos e procuravam reproduzir a paisagem de um bairro que se forma naturalmente.

¹¹Economia mista é uma forma de economia que combina dois ou mais modelos econômicos distintos. É um sistema econômico no qual participam tanto o sector privado como o sector público.

Nos anos 1990, no entanto, as verbas do Sistema Financeiro da Habitação começaram a sofrer restrições de liberação pelo governo federal e a COHAB começou procurar alternativas para financiar sua atuação e garantir o atendimento à demanda. Foi neste período que surgiu o Fundo Municipal de Habitação gerenciado pela companhia e mantido por recursos gerados no próprio município.

Atualmente a COHAB esta trabalhando na produção de loteamentos populares, com recursos próprios ou em parceria com a iniciativa privada, destinados ao atendimento de pessoas que estão na fila e também as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade que são atendidas pelo Serviço Social da companhia. Outra linha de atuação é a parceria com a Caixa Econômica Federal para a construção de apartamentos pelo Programa de Arrendamento Residencial e Minha Casa Minha Vida.

O Programa Moro Aqui, de intervenção em ocupações irregulares atende outro segmento da população. Neste caso, a atuação inclui a regularização e a urbanização nas áreas de intervenção, quando não há empreendimentos técnicos e nem legais para a permanência das famílias no local ocupado. Nas áreas em que esta solução não é possível porque os moradores enfrentam situações de risco ou insalubridade, acontece a realocação das famílias para loteamentos regulares. A COHAB é uma instituição que planeja e executa as soluções de problemas habitacionais, em parcerias com órgãos públicos, estaduais, federais e privados no sentido de estimular a construção e financiamento para aquisição da casa própria.

A Companhia tem como finalidade estudar as questões relacionadas aos problemas de habitação popular, segundo as diretrizes e normas na lei nº 4380. A maior parte da população que a COHAB atende, está concentrada na faixa salarial que vai de zero até três salários mínimos. A instituição atua como gestora / executora da política de habitação em articulação com secretarias do município que desenvolvem as ações de infra-estrutura e saneamento além da interface com as demais políticas sociais como: saúde, educação, meio ambiente, transporte e energia.

Vale salientar que os pretendentes a um imóvel, são inscritos através de procura espontânea as agências da COHAB-CT à Fila (por ordem de inscrição), e são utilizados como apoio à política habitacional, fornecendo subsídios para o

planejamento dos novos empreendimentos. A inscrição na fila é condição obrigatória para aquisição de imóveis da COHAB-CT.

3 UM LUGAR PARA MORAR: VIDAS (DES)CONSTRUIDAS?

Dentre todos os direitos e políticas sociais asseguradas ao longo do tempo, a habitação é extremamente importante, pois entendemos que a moradia é a entrada na cidade, sendo a cidade a promotora dos serviços públicos e privados, possibilitando acesso a infraestrutura básica para a sobrevivência digna. Podemos traduzir todo esse aporte estrutural como sendo, equipamentos de serviços públicos, como exemplo a educação, saúde, profissionalização, transporte, lazer, a renda, saneamento básico, de forma geral toda a gama de serviços garantidos constitucionalmente, entretanto que não são acessados por quem dele necessita, normalmente em função da debilidade das políticas dos governos.

Além disso, é necessário que o local seja estável, possibilitando o descanso, revigorando cotidianamente as forças vitais, se transformando num ambiente seguro deixando o cidadão tranquilo para se desenvolver integralmente além de saber que tem um lugar privado para o convívio com sua família e para enfrentar as adversidades socioeconômicas do mundo capitalista..

Olhando para a história, confirmamos que esse problema não é só da nossa época, não é só o trabalhador contemporâneo que sofre com a falta de moradias, com qualidade e acessíveis. Engels (1873) no século XIX nos indicava a seguinte condição

“a chamada falta de habitação, [...] não consiste no facto de a classe operária em geral viver em casas más, apinhadas e insalubres. Esta falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. [...] Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; é o aumento colossal dos alugueres, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e,

para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento.” (ENGELS,1873, p. 10).

Sendo assim, acreditamos que apesar desta expressão da “questão social” não ser exclusiva do sistema capitalista, é nele que se agrava consideravelmente o cenário da moradia.

Na atualidade temos alguns agravantes, a forma ao acesso está cada vez mais seletiva, especulatória, e sem cunho social, apesar de algumas tentativas governamentais dos últimos 12 anos em se popularizar uma habitação digna.

Na contra mão da ideia de que uma habitação tem que ser um direito acessível a **todos**, dentro do sistema capitalista se prioriza a especulação imobiliária, como já citamos. Sendo um processo extremamente excludente e visando os endinheirados, imprimindo um caráter mercantil, buscando unicamente o lucro por parte das construtoras, como MARICATO (1997) nos exemplifica:

a habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias do consumo privado (roupas, sapatos, alimentos, etc.) ela é a mais cara. Seu preço é muito maior do que os salários médios. (MARICATO, 1997, p. 46)

Sem respostas efetivas para a dificuldade de aquisição e acesso a moradias para as camadas empobrecidas, os trabalhadores criaram estratégias que estavam ao seu alcance para conseguir um teto, intrinsecamente a expansão urbana no Brasil foi marcada por estratégias de subsistência por parte da população em risco social, que implicaram em ocupação ilegal de áreas e terrenos públicos e privados, muitas vezes em áreas de risco. Este fato ocorre como consequência da lógica da dinâmica de ocupação e urbanização aos terrenos das cidades brasileiras, que agrega significativo valor de mercado aos terrenos dotados de infraestrutura e serviços e, assim, excluem a população empobrecida da possibilidade de acesso à terra e à moradia.

As favelas se caracterizam pelo baixo poder aquisitivo da sua população (baixa renda), com baixa ou nenhuma escolarização e muitas vezes sem qualificação profissional. Normalmente esses moradores são desempregados e/ou estão inseridos na informalidade, vivendo dos famosos e comuns “bicos”, sem proteção trabalhista. Em razão desta condição de pobreza acabam por ocupar

áreas particulares ou públicas, muitas vezes regiões que estão protegidas ambientalmente, apertadas em morros e/ou bacias hidrográficas onde são proibidas qualquer forma de edificação. Os barracos são construídos sem materiais tradicionais, escorados aos barrancos, e dependendo da ocasião dentro dos rios, mais conhecidas como palafitas. Oficialmente, porém, define-se uma favela por qualquer região cujas construções tenham sido realizadas em terrenos ocupados irregularmente.

O problema de acesso a moradia não pode ser analisado de forma isolada de outros elementos, como uma simples questão de ocupação do espaço disponível, essa discussão já vem sendo travada desde os tempos que as políticas sociais eram embrionárias. O trabalhador tem suas necessidades centradas num conjunto de políticas sociais, que permeia a moradia, como uma importante ferramenta de garantia de direitos.

Essa análise tem que ser posta de forma estrutural, a forma de organização social e econômica, política e ideológica é basilar nesta discussão. No capitalismo, como dito diversas vezes, o único objetivo é o lucro de poucos, e algumas concessões para muitos, concessões estas que foram travadas ao longo do tempo com muita luta e sofrimento. Desta forma, entendemos que só uma política de Estado poderia acabar com o déficit habitacional e demais problemas.

Historicamente nosso país sempre tratou a questão das políticas sociais, entre elas a da habitação, de forma desigual e excludente, sempre sujeita a políticas de governo, e especificamente na habitação a especulação imobiliária e financeira. As “soluções” que os governos encontraram desde a época de Getúlio Vargas até a era FHC, tiveram um caráter paliativo, sem a real intenção de estancar a crescente demanda. No entanto, devemos reconhecer que pelo menos, nos últimos 10 anos, existiu um esforço para transformar essa dura realidade, com programa voltado à faixa da população mais carente.

Com os meios encontrados pela faixa excluída, se criaram as favelas, os conglomerados urbanos, dando um teto, próximo os parques serviços públicos, mas em meio aos bairros mais bem localizados, favorecendo o desenvolvimento de atividades profissionais muitas vezes próximas a sua casa. Isso decorre da ausência

de planejamento urbano, com o crescimento desenfreado dos grandes centros, que mais tarde culminou na tentativa de “limpar” as cidades das grandes favelas.

Por conseguinte, na busca desesperada de retirar esses conglomerados urbanos e oferecer moradias ao povo pobre, se utilizou dos terrenos mais retirados por conta dos altos valores dos poucos terrenos disponíveis nas cidades. A especulação imobiliária exclui de varias formas, direta e indiretamente, e quando não existe uma intervenção estatal, se chega a esse resultado.

Todavia, como o sistema capitalista é perverso e excludente não permite que a maioria se beneficie das políticas existentes e alcance este direito. Por não conseguir estancar a demanda crescente das franjas da sociedade, se desenvolveu por muitos anos uma política higienista e de gestão da pobreza jogando-os para rincões com poucos recursos ou sem nenhuma estrutura para a reprodução da vida social.

No ano de 2011 realizamos uma pesquisa no Moradias Corbélia, região sul da capital paranaense, na condição de estagiário da Companhia de Habitação Popular de Curitiba. O despertar do interesse, surgiu da grande quantidade de famílias sendo reassentadas e que vinham de diversos pontos da cidade, muitas vezes, pontos centrais, com toda a infraestrutura pronta, e foram removidos para um local distante e sem acesso aos serviços ofertados nas cidades.

Dentro deste processo, identificamos que na época a situação era precária no que tange ao acesso a serviços. Além disso, ocorria o processo de favelização das novas moradias, indo contra o objetivo da lógica do reassentamento em Curitiba, que seria oferecer habitação e acabar com as favelas nas áreas mais nobres da capital.

Lembramos ainda, que em muitos casos a tipologia do imóvel, não correspondia a habitação de origem, logo muitas famílias que possuíam uma casa com 4 ou 5 quartos, além dos demais cômodos, tiveram a oferta máxima de 3 quartos. Essas famílias numerosas acabaram por se virar de qualquer forma, dando continuidade ao no processo de favelização.

Em entrevistas realizadas com os moradores do Corbélia, já identificávamos a precariedade que estavam inseridos, conforme a seguinte entrevista:

“A única coisa boa aqui são as casa, que tem uma casa descente pra morar. Por que o posto de saúde aqui não é bom, [...] a creche não funciona, o ônibus só

tem um que vai pro CIC, tem mais de 500 famílias morando aqui, multiplica isso por 5, quantas pessoas não dá? Por que não tem essa infraestrutura?” (sic) (entrevistada 3)

Apesar de alguns casos os moradores estarem satisfeitos com a unidade habitacional em si, perceberam a deficiência estrutural do local.

Contudo, outros entrevistados expõem um cenário catastrófico e lamentável para a reprodução social do trabalhador, interferindo muitas vezes no rendimento familiar.

“Eu sou autônoma, eu faço coisa de artesanato, pra cachorro. Eu vim pra cá e perdi 400 reais a menos, ela (vendedora) tem q trazer e busca todo dia minha produção.[...]O meu marido está desempregado, e como já te disse corto meu salário. O meu marido é autônomo, ele tinha a clientela dele lá, ele mexe com eletricitista encanamento, e todos os cliente dele é de lá. Lá todo mundo conhecia o Zé Chaveiro, aqui não, o pessoal às vezes liga pra fazer lá, mas aqui fica difícil, não temo carro e o ônibus é ruim. Se você sai daqui uma hora pra qualquer lugar de banco você não chega a tempo, de tão longe que é.” (sic) (entrevistada 4)

A entrevistada número 7 relata o seguinte:

“Não não, depois que eu vim pra cá eu tive que parar de trabalhar, lá eu trabalhava lá perto do terminal do fazendinha.[...] Atrapalhou, nossa muito. Não tem como eu trabalhar por causa do pia que eu tenho que pega lá embaixo, o horário que eu tenho que pega ele lá embaixo ele chega dez pra seis, se vê não dá tempo[...], bem complicado” (sic) (entrevistada 7)

Essa conjuntura já se desenhava no início do Moradias Corbélia, com muitos problemas e anseios por parte da nova comunidade que se formava, mas existia a esperança que com o tempo as coisas poderiam se ajustar e melhorar um pouco.

Porém, essa expectativa não se concretizou como aponta matéria publicada pelo jornal Gazeta do Povo¹²:

Via de regra, esses moradores estão sendo reassentados nas áreas em que viviam, em zonas secas e seguras. Mas mudança para outros locais se tornaram uma contingência [...] Mesmo em meio a reclamações com a demora do ônibus ou com a falta de mercados, difícil encontrar um reassentado que não se diga “recomeçando a vida”. É flagrante o efeito da moradia nas relações de trabalho, familiares, na retomada dos estudos. Aqui e ali, os reassentamentos são um repertório de depoimentos que só confirmam que o direito à habitação muda tudo.

¹² <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1501571&tit=Cultura-da-favela-persegue-os-reassentamentos-urbanos> – publicada no dia 26/09/2014 e consultada no mesmo dia.

As casas iguais, contudo, não podem ser confundidas a vidas iguais. O Moradias Corbélia, por exemplo, é formado por gente de 12 lugares diferentes, oriundos de regionais como CIC, Portão e Santa Felicidade. Está num alto, de onde a população vê a cidade, um privilégio, com grande incidência de ventos e temperaturas mais baixas do que a média. Mas chegar até ali exige vencer as ruelas da Vila Sabará e seus problemas em cascata.

[...]

Nas zonas de risco – como as beiras de rios – se encontram as piores condições de moradia. É preciso reassentar. O que muita gente se espanta é saber que as assistentes sociais encontram tanta resistência em convencer os moradores a pegarem sua chave e se mudar para conjuntos habitacionais tinindo de novo.

Motivo: não raro a vida nova é sinônimo de saltar alguns quilômetros de onde estão, longe do trabalho, do Centro e das raízes. Como não há terrenos próximos para todos, exige-se relocações para os arrabaldes, em regime de exceção, ou de desacordo, dirão alguns, com as normativas das políticas de habitação e de direitos humanos. “Eu morava na Vila Leão, no Novo Mundo, agora estou aqui. Me sinto isolado do mundo”, lamenta o porteiro Juraci Ferreira da Silva, 47 anos, morador da Vila Arroio, ao lado do “porto seco” da CIC.

Em geral, comunidades formam associações e reproduzem modelos do movimento social. O agravante é quando moradores de reassentamentos vêm de ocupações com culturas muito diferentes, demorando a criar vínculos. Muitas delas, como a Corbélia, na CIC, são bairros dormitórios.

Comércio: Cohab tem política para garantir a comerciantes de ocupações irregulares um bom ponto nas novas vilas, de modo a permanecer na atividade que lhes dá sustento. Em geral, esses moradores ficam com as esquinas. Moradores reclamam ausência de supermercados e farmácias. Quem olha de fora, espanta-se com o avanço do comércio informal. Secretaria Municipal de Urbanismo alega dificuldade logística em controlar alvarás e não tem números disponíveis.

Frente ao exposto, percebemos que as estratégias adotadas pelo poder público não resolvem as necessidades da população. O programa Minha Casa Minha Vida que teve seu início no ano de 2009, não atende efetivamente a demanda, age de forma paliativa em conjunto com o mercado. Segundo Klink e Rolnik (2011)

paralelamente, o mesmo Estado regulou a produção e a expansão das cidades, por meio de leis de parcelamento, zoneamentos e planos urbanísticos, delegando ao loteador privado a missão de produzir terra urbanizada, com infraestrutura e espaços públicos para expansão da cidade. De acordo com este modelo, o mercado formal de urbanização produz, privadamente, “cidade”. Isto de fato ocorreu para as classes médias e altas; para os demais brasileiros, no campo e nas cidades, restou a inserção precária e ambígua no território: sem condições básicas de

urbanidade, com vínculos frágeis [...]. Nas cidades, o resultado foi uma urbanização sem infraestrutura básica, ora pela omissão do poder local da tarefa de fiscalizar o mercado formal, que frequentemente deixa os loteamentos sem infraestrutura, ora por incapacidade de ofertar moradias e loteamentos adequados aos grupos de menor renda, impulsionando um mercado privado paralelo de baixíssima qualidade urbanística e habitacional. (KLINK e ROLNIK, 2011, p, 103)

Esse modelo fez com que as cidades ficassem presas a um padrão insustentável do ponto de vista social e ambiental. Privilegia os ricos, com toda a estrutura que uma cidade oferece, enquanto o trabalhador, precisa enfrentar longas horas para chegar ao trabalho, isso quando não perde o emprego, como vimos nos relatos dos entrevistados e na matéria do jornal.

Apesar do bom momento vivenciado pelo país nos últimos anos, não se aproveitou a economia mais forte para potencializar e qualificar o acesso a moradia popular, dando um novo sentido a política de habitação, voltada para quem realmente precisa. O acesso a políticas sociais não pode ser apenas um direito, mas precisa ser uma condição de vida.

O Minha Casa Minha Vida (MCMV) tinha um objetivo inicial de atingir cerca de 400 mil famílias com renda entre 0 a 3 salários mínimos e outras 400 mil para faixa de até 6 salários, além de 200 mil para faixa superior a 6 salários. As duas primeiras faixas são as que se concentra o maior *déficit*¹³.

Passado mais de cinco anos do início do projeto, segundo dados do próprio governo, foram entregues até dezembro de 2013 1,4 milhão de casas, número bastante baixo em relação a demanda existente em todo o país.

Neste sentido, percebemos que o déficit é enorme, não atingido efetivamente seu público. Segundo dados de 2012, essa demanda está na casa dos 6 milhões de moradias¹⁴. Como citamos anteriormente, o MCMV deu um fôlego novo ao mercado imobiliário, e foi um divisor em relação a programas para as camadas esquecidas por anos, que são lembradas nesse momento, no entanto sem conduzir uma política de inclusão real para todos.

¹³ <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/360-nota-tecnica-deficit-habitacional-no-brasil-anos-2011-e-2012/file> – consultado em 06/10/2014

¹⁴ <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/360-nota-tecnica-deficit-habitacional-no-brasil-anos-2011-e-2012/file> – consultado em 06/10/2014

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho, como dito no início, objetivou resgatar brevemente a história da política habitacional brasileira, passando pelas suas principais fases e transformações e discutir principalmente o sentido que se deu as cidades, que ao longo do tempo passou por transformações em decorrência do capitalismo.

Entre essas transformações, a principal se deu no campo social, das tensões entre classe trabalhadora e o mercado e as estratégias de sobrevivência das grandes camadas excluídas, que buscaram os grandes centros urbanos para poder trabalhar e ter a possibilidade de se reproduzir socialmente de forma digna e mais justa.

Com a expansão capitalista, muitas famílias deixaram o campo e migraram para as grandes cidades, e pela falta de políticas públicas adequadas e planejamento urbano o quadro ficou dramático. A cidade contemporânea foi pensada para os ricos, inclusive estimulada pelo próprio Estado, que em tese seria o regulador das relações sócio-econômicas

A cidade se tornou um grande e lucrativo negócio, sendo campo material prático da desigualdade, como exemplo os grandes condomínios e prédios luxuosos dos bairros nobres, com proximidade de todas as gamas de serviço que a cidade oferece, serviços esses que a maioria latente empobrecida não acessa.

Até o início dos anos 2000 não tivemos menção de programas habitacionais de interesse social, popular, com foco na faixa pauperizada. Eram intenções retraídas, com o mínimo esforço para estancar esta demanda.

Reconhecemos que após a constituição de 1988 criou-se mecanismos para equilibrar tal problema, mas os governos que estiveram a frente da administração até o início da década passada, nada fizeram.

Esta expressão da “questão social” começou a ser “enfrentada” de fato com a administração do Partido dos Trabalhadores, que olhou brevemente para os trabalhadores, mas numa medida acima para o mercado. Como frisamos anteriormente, reconhecemos os avanços do programa Minha Casa Minha Vida,

entretanto vamos apontar algumas críticas a ele.

- A exigência do governo federal em relação aos conjuntos habitacionais se restringiu a construção em áreas próximas a malha urbana, o que não significa inserção a ela.
- Via de regra, pela especulação e os altos valores de terra, os empreendimentos são jogados para os rincões com poucos serviços e equipamentos urbanos.
- São unidades habitacionais com tipologia e aparência bem semelhantes, isto contribui para a rotulação do local.
- Os conjuntos passam pelo processo de favelização, por não comportar adequadamente a número de integrantes nas casas.
- Tornam-se “bairros dormitórios”, a grande maioria tem seus trabalhos distantes, em muitas ocasiões os moradores perdem os empregos.
- A criação de identidade e sentimento de pertencimento ao território se torna um processo moroso, causando grande evasão das famílias.

Apesar do avanço e da tentativa de diminuir o déficit habitacional o mercado direcionou e lucrou com o programa, assim não tentam a superação da causa, resolve um problema imediato, em relação a condição que as famílias viviam, porém os problemas que eram basilares a moradia e a condição social se agravam ao longo do tempo, até e se quando as políticas públicas os alcançam.

E o principal ponto, essas pessoas não escolhem de fato morar e habitar nesses locais, é uma condição imposta, vindo de cima para baixo, sem a menor importância com as raízes e tradições, impedindo o trabalhador de acessar direitos e serviços que são garantias constitucionais.

Diante deste quadro, entendemos que a única forma de resolver esta expressão da “questão social” é superando o capitalismo que é o grande causador das desigualdades geradas por ele mesmo. Políticas paliativas são engendradas o tempo todo, mas sem a real intenção de resolver a injustiça posta em nossa época.

A questão da habitação não pode ser descolada das demais discussões e do conflito capital *versus* trabalho, ela é só mais um resultado desse grande antagonismo.

BIBLIOGRAFIA

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Boletim Casa Romário Martins. **COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.30, n. 133, dez. 2006. 5p. (Memória institucional).

ENGELS, Frederich. **Contribuição ao problema da habitação**. Leipzig : Avante, 1887.

KLINK, Jeroen, ROLNIK, Raquel. Revista Novos Estudos, 2011

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. São Paulo; Atual, 1997.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação : controle e espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1999.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, julho de 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política nacional brasileira: verso e reverso**. São Paulo. 1989.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.